CORREIO NACIONAL

Rovena Rosa/ Agência Brasil

Concurseiros já devem iniciar os estudos

'Enem dos Concursos': mais de um milhão de inscritos

Em pouco mais de uma semana, o Concurso Público Nacional Unificado já registrou mais de um milhão de inscritos, segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. As inscrições vão até 9 de fevereiro e custam R$ 60 para os cargos de nível médio e R$ 90 para os de nível superior. Ao todo, serão 6,6 mil vagas, divididas em oito blocos temáticos.

Uma inscrição vale para uma vaga em mais de um órgão, desde que seja dentro do mesmo bloco temático. No momento da inscrição, o candidato deve classificar a ordem de preferência.

A chamada será feita com base na nota das provas, em um sistema semelhante ao do Enem. Até por isso, o concurso tem sido chamado de Enem dos Concursos.

Os salários variam entre R$ 4 mil e R$ 22 mil, dependendo da carreira escolhida. As provas serão aplicadas no dia 5 de maio. As inscrições podem ser feitas na plataforma Gov.br.

Polícia Federal

A Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação para investigar o vazamento ilícito em redes sociais da prova Enem de 2023. A investigação foi motivada por informações do Inep, que organiza a prova. A PF, então, identificou um suspeito na cidade cearense de Sobral.

Operação

Há indícios de divulgação ilícita do tema, ainda durante a realização do exame. A PF cumpre dois mandados de busca e apreensão deferidos pela Justiça Federal em Sobral. Os acusados podem ser enquadrados no crime de fraude em certame de interesse público, cuja pena pode chegar a oito anos de prisão.

Anac

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vistoriou os aeroportos concedidos à iniciativa privada e avaliou os seguintes itens: elevador, escada rolante, tempo em fila de inspeção, restituição de bagagem, limpeza, custo-benefício dos restaurantes, acesso a informação e acesso aos terminais.

Vistoria

O operador que tiver um baixo desempenho, inferior ao padrão estabelecido pela Anac, é penalizado no reajuste de tarifas e pode ser multado, de acordo com as regras no contrato de concessão. O melhor resultado (2%) foi alcançado em Confins (MG) e o pior desempenho (0,5%) em Guarulhos (SP).

Embratur

A Embratur lançou, durante a Feira Internacional de Turismo (Fitur), em Madri, na Espanha, uma experiência inédita: o primeiro metaverso de turismo do Brasil, que terá como anfitrião ou 'guia' no ambiente virtual o músico, apresentador e ativista social Carlinhos Brown.

Tecnologia

Fruto de uma parceria entre a Embratur e o grupo europeu El Corte Inglés, o espaço virtual funcionará como uma experiência de imersão interativa em destinos brasileiros, trazendo um pouco dos biomas, gastronomia, obras de arte, literatura e música brasileira, entre outros atrativos.

Hospitais

Uma reunião entre representantes da Ebserh, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos ministérios da Saúde e dos Direitos Humanos e da Cidadania discutiu a certificação e avaliação biopsicossocial dos futuros servidores com deficiência, conforme a nova conceituação.

Inclusão

Todos os novos trabalhadores PcD da Ebserh serão avaliados conforme o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), observando a avaliação biopsicossocial. Vinculada ao Ministério da Educação, a Ebserh administra 41 hospitais universitários federais.

Anvisa

A Anvisa divulgou uma lista dos produtos aprovados por meio do Projeto Orbis, que participa junto com outros órgãos similares de outros países. A iniciativa prevê a análise coordenada de medicamentos promissores para combater sintomas preliminares do câncer.

Projetos

O objetivo do projeto é auxiliar os pacientes a terem acesso mais rápido a tratamentos com potenciais benefícios em relação às terapias. As autoridades reguladoras parceiras podem propor produtos para inclusão no projeto, coordenado pela a Food and Drug Administration (EUA).

PGR se mostra favorável ao uso de câmeras por policiais

Procuradoria envia parecer ao Ministério da Justiça e Segurança

Antônio Cruz/ Agência Brasil

Caberá a Ricardo Lewandowski avaliar a questão, quando assumir o ministério

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública no qual se mostra favorável ao uso de câmeras corporais por policiais. A sugestão foi enviada pela subprocuradora Elizeta Paiva, responsável pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao ministério, aprovou uma recomendação para o uso do equipamento pelas polícias em todo o país e propôs que o tema fosse para consulta pública.

O documento sugere que o uso das câmeras deva ser obrigatório, caso seja viável, e imagens capturadas durante as operações ficariam arquivadas pelo prazo mínimo de 90 dias. No caso de ocorrências envolvendo mortes ou lesão corporal, o prazo deve ser de um ano.

"A cláusula, quando possível e tecnicamente viável, não deveria ser utilizada, tendo em vista que o objetivo da diretriz consiste justamente em viabilizar a implementação das câmeras em todas as situações apresentadas", argumenta a PGR.

Além disso, o agente que deixar de usar o equipamento deve ser punido, segundo a procuradoria: "Sugere-se que a portaria incorpore dispositivo que preveja a responsabilização funcional pelo não-uso das câmeras corporais ou seu uso em desconformidade com os regulamentos", conclui o parecer da PGR.

Com a troca de comando no Ministério da Justiça e Segurança Pública, já que Flávio Dino vai assumir uma cadeira no STF, caberá ao futuro ministro, o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski avaliar a questão quando assumir, de fato, a pasta. A cerimônia de posse está marcada para o dia 1° de fevereiro.

Muitos estados do país já estão usando o equipamento com regimentos internos, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas sem uma posição concreta federal sobre o caso. Dados estatísticos do Instituto de Segurança Pública do Rio mostram que o uso das câmeras já fez diminuir consideravelmente a incidência de mortes em ações policiais, além de ajudar os agentes na hora da abordagem à população, que também fica menos receosa com a conduta do policial, já que as imagens são gravadas e direcionadas para o Centro de Controle da corporação. Muitas das câmeras estão com agentes dos programas Segurança Presente e da Operação Lei Seca.

Plano Nacional da Educação em debate

Evasão escolar, falta de vagas em sala de aula, analfabetismo e violências estão entre os múltiplos desafios da área educacional no Brasil que estarão em debate na Conferência Nacional de Educação, que vai até terça (30), na Universidade de Brasília.

A discussão dos problemas, com 2 mil profissionais do setor, estudantes e outros representantes da área, tem como meta propor soluções a serem contempladas no novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), a ser apresentado como projeto de lei do governo federal para o Congresso neste ano.

O tema central da conferência, convocada de maneira extraordinária pelo Decreto Lei 11.697/23, inclusive, é "Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantir a educação como um direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável".

Outro tema que deve ser debatido na conferência tem relação com os efeitos da pandemia de covid-19 para o setor, que tornou evidente a defasagem do processo de aprendizagem dos alunos.

A etapa nacional ocorre depois de conferências municipais, intermunicipais e em cada unidade da federação. Em entrevista à Agência Brasil, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, disse que o presidente Lula e o ministro Camilo Santana pediram que fossem ouvidas as demandas em todas as áreas educacionais, para elaborar um projeto de lei do Plano Nacional.

Heleno disse ainda que, hoje, o Brasil atende 35% da demanda de creche para as famílias e vai debater, na conferência, mecanismos para que os brasileiros tenham, no mínimo, a educação básica — ensino infantil, fundamental e médio — completa.

Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Operação acontece na Margem Equatorial

Petrobras encontra hidrocarboneto no RN

A Petrobras concluiu a perfuração do poço exploratório de Pitu Oeste, no litoral do Rio Grande do Norte, na Margem Equatorial. Os trabalhos haviam começado há pouco mais de um mês. Durante o processo, os técnicos detectaram hidrocarboneto, informação já comunicada à Agência Nacional de Petróleo. Ainda é preciso avaliar a viabilidade econômica do produto. O poço faz parte da concessão BM-POT-17 e fica em águas profundas, a 52 km da costa potiguar.

O plano da estatal agora é começar a segunda perfuração em fevereiro, dessa vez no poço Anhangá, na concessão POT-M-762, a 79 quilômetros da costa. Estão previstos estudos complementares para coletar informações geológicas da área, avaliar o potencial dos reservatórios e planejar as próximas atividades exploratórias.

A Margem Equatorial engloba bacias hidrográficas da foz do Rio Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar.

STF

STF inicia ano com duas pautas voltadas aos idosos

O Supremo Tribunal Federal vai abrir o Ano Judiciário 2024 em sessão marcada para a próxima quinta, 1º de fevereiro, às 14h. Após a solenidade, que deve contar com a presença de representantes dos três Poderes, da Procuradoria-Geral de República e da Ordem dos Advogados do Brasil, o Plenário realiza sua primeira sessão de julgamentos do ano.

Na pauta, a imposição do regime de separação de bens para de pessoas com mais de 70 anos (ARE 1309642) e a chamada "revisão da vida toda" para aposentadorias e benefícios de quem contribuía para a previdência antes de 29/11/1999 (RE 1276977).

STJ

Ministro Og Fernandes nega pedido de guardas baianos

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, indeferiu o pedido de habeas corpus preventivo feito por três guardas municipais baianos, que pretendiam portar armas de fogo de uso pessoal fora do serviço, sem o risco de serem presos. Para o ministro, não foi demonstrada ameaça concreta à liberdade, para a concessão da medida.

Citando os artigos 5º, LXVIII, da constituição, e 647 do Código de Processo Penal, Fernandes destacou que o habeas corpus preventivo é cabível sempre que alguém estiver na iminência de "sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

TSE

SBC verificará código-fonte dos sistemas eleitorais

A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) enviará, nesta segunda (29) e terça (30), um representante ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para inspecionar o código-fonte da urna eletrônica e dos sistemas eleitorais que serão utilizados nas eleições municipais.

A abertura do código-fonte da urna é um procedimento obrigatório e realizado pelo TSE um ano antes de cada eleição. A auditoria é realizada desde 2002 e está prevista na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997). Tradicionalmente, a inspeção era feita nos seis meses antes das eleições, entretanto, a partir do pleito de 2022, o período foi ampliado.

TCU

TCU aprova solução para o aeroporto de Cuiabá

O Tribunal de Contas da União aprovou, sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, proposta de solução consensual para o Aeroporto de Cuiabá (MT), solicitada pela Agência Nacional de Aviação Civil

A principal controvérsia debatida envolveu uma obrigação de investimento que tinha como objetivo aumentar a distância entre a pista de pouso e a de taxiamento.

Ficou estabelecido que não será necessário distanciar as pistas, mas a concessionária responsável pelo aeroporto terá de devolver R$ 65 milhões ao poder público, para que ele continue a receber aeronaves de grande porte.